

POLÍTICA ECONÔMICA

Econ. Brasil

Governo espera preços estáveis até abril e estuda a quebra da inércia da inflação

por Claudia Safatle
de Brasília



Paulo Haddad

Na montagem de um plano de estabilização, a área econômica do governo analisa a possibilidade de criar âncoras, cambial ou monetária, ou mesmo uma mistura de ambas. Não há, porém, uma estratégia definida e o secretário de Política Econômica, Fernando de Holanda Barbosa, acredita que o governo tem pelo menos os próximos sessenta dias de inflação alta, porém estável, para continuar a discussão técnica sobre o formato do plano que pretende quebrar a inércia ou expectativa inflacionária.

"Podemos fazer algo como um 'dirty float' (flutuação suja, na tradução literal)", que representaria uma mistura de âncora cambial e monetária, ponderou Barbosa. Na prática, essa alternativa poderia ser administrada através de intervenções periódicas na taxa de câmbio, ainda que pequenas ou uma prefixação da taxa de câmbio, associando-se, a isso, uma programação monetária feita e divulgada pelo Banco Central (BC), com metas rígidas de expansão da oferta de moeda na economia.

SOLUÇÕES PACTUADAS

O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, voltou a mencionar, na última sexta-feira, a necessidade de adotar medidas que "quebrem a inércia" da inflação e provoquem uma queda significativa dos índices de preços, "sem a quebra das relações contratuais, sem confisco e sem congelamento, através de soluções pactuadas". Também previu que a taxa de inflação será elevada nos próximos sessenta a noventa dias, e espera poder provocar uma redução depois de estabelecer as precondições. Haddad deve fechar, terça-feira, acordo com o setor agroindustrial nos moldes do realizado com a indústria automobilística, informou a Agência Brasil.

"O governo não tem nenhuma intenção de usar o câmbio como âncora, usar reservas como lastro de tí-

tulos e nem promover unificação cambial", garantiu, contudo, o presidente do BC, Gustavo Loyola também na última sexta-feira, em entrevista à imprensa, conforme relato da repórter Judith Mota, deste jornal. Loyola convocou a entrevista para acalmar o mercado, como ele próprio assinou.

A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, defendeu, na sexta-feira em Porto Alegre a utilização de US\$ 4 bilhões do orçamento deste ano no resgate dos títulos da dívida mobiliária federal que vencem em 1993.

A rigor, todas as hipóteses estão sob avaliação e não há consenso sobre a viabilidade dessas medidas. Barbosa, por exemplo, disse que é contra uma âncora cambial — pelos riscos de crise cambial que ela traz — e está, inclusive, lançando um livro "Hiperinflação e âncoras nominais", como acadêmico, onde se posiciona claramente a favor da âncora monetária. "Mas não sou um dogmático, um religioso", disse ele. Âncoras cambiais deram bons resultados em casos de hiperinflação como a da Alemanha, mas nunca foram bem-sucedidas em países latino-americanos, lembra.

Citou, também, a possibilidade de se fazer âncora cambial através de prefixações sistemáticas da taxa de câmbio, e não pelo mecanismo de taxa fixa escolhido pela Argentina. Em am-

bos os casos, os riscos são grandes.

Em todas as opções de âncoras, sustentou, há uma precondição básica que é o equilíbrio fiscal. Sem essa premissa, o fracasso seria certo.

No caso de um sistema de prefixação da taxa de câmbio, explicou, o governo começaria fixando as paridades, em períodos determinados, podendo chegar a um dia em que a taxa seria estável "e o mercado ficaria sabendo que o câmbio permaneceria por um tempo naquele nível e que o governo teria reservas cambiais para garanti-lo", disse, sempre como hipótese.

O grande risco de optar pela âncora cambial é vir a estragar uma área da economia que está indo bem. O setor externo, lembra o secretário, "está arrumado".

ALONGAMENTO

A questão do alongamento da dívida interna e o uso de reservas cambiais num mecanismo de securitização da dívida é controversa. O presidente do BC garantiu que o governo não fará nada nessa direção. Barbosa considera a medida questionável do ponto de vista dos seus resultados, mas admite que é uma alternativa que vem sendo avaliada pela área econômica; e o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, já disse, em diversas entrevistas, que o alongamento da dívida mobiliária federal é "essencial". "Nada nos garante que um

título do Tesouro, com colateral (lastreado pelas reservas), implicará juros menores", ponderou Barbosa.